



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014.
(Do Sr. Deputado Efraim Filho)**

Solicita a realização de Audiência Pública, com a presença de personalidades, para debater e buscar soluções para os recentes casos de “justiça com as próprias mãos”.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, VII, art. 32, XVI, “b” e “g”, e art. 255 ao art. 258 do Regimento Interno, requiero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em Audiência Pública em data a ser oportunamente agendada, para subsidiarem os debates e a busca de soluções para os recentes casos de “justiça com as próprias mãos”, as seguintes personalidades:

1. Sr. José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça;
2. Sra. Maria do Rosário – Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos;
3. Sr. Sandro Torres Avelar – Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal;
4. Sr. José Mariano Beltrame – Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;
5. Sra. Rachel Sheherazade Barbosa – Jornalista do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).
6. Sr. David Fleischer – Cientista político e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB);
7. Sr. Paulo Silvino Ribeiro – Docente do curso de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).



J U S T I F I C A T I V A

A violência continua crescendo de forma preocupante no Brasil. Diante disso, as pessoas não reconhecem mais a noção de Estado, retornando à barbárie. A falta de estrutura das polícias, da Justiça e do sistema carcerário motivam a população a fazer “justiça com as próprias mãos”.

Nos últimos meses, diversos casos de espancamentos e linchamentos ganharam visibilidade por meio da imprensa nacional. Talvez o mais emblemático desses casos seja o de um adolescente de 15 anos, que foi espancado e preso pelo pescoço a um poste no Rio de Janeiro, com uma tranca de bicicleta e sem roupas, após ser acusado de assalto.

Em razão da ineficiência das ações estatais, as pessoas consideram que seu senso de justiça não está satisfeito e resolvem agir por si mesmas. Todavia, autorizar que se faça justiça com as próprias mãos agride o Estado democrático de direito, por cuja implantação tantos lutaram no Brasil.

Com a presente proposta de Audiência Pública, pretendemos discutir a necessidade de se resgatar a legitimidade e a eficiência do Estado no combate à violência. Isso porque se formou um círculo vicioso no qual as pessoas se sentem inseguras, não confiam na ação do Estado e, assim, rompem o pacto social, fazendo justiça com as próprias mãos.

Pelo exposto, entendemos que as personalidades convidadas poderão enriquecer o debate, a formação de opinião em relação ao tema e a busca por soluções urgentes.

Sala das Comissões, em de de 2014.

Deputado EFRAIM FILHO
DEM/PB